

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA**

CAMILA OLIVEIRA MIRANDA

Conduzindo relações através do respeito mútuo:

Uma abordagem para a interação adulto-criança pautada na moral da cooperação

Juiz de Fora

2022

Camila Oliveira Miranda

Conduzindo relações através do respeito mútuo:

Uma abordagem para a interação adulto-criança pautada na moral da cooperação

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Faculdade de Educação da
Universidade Federal de Juiz de Fora,
como requisito parcial à obtenção do grau
de licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a Dr^a Suzana Lima Vargas do Prado

Juiz de Fora

2022

Conduzindo relações através do respeito mútuo:

Uma abordagem para a interação adulto-criança pautada na moral da cooperação

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à obtenção do grau de licenciatura em Pedagogia.

Aprovada em (dia) de (mês) de (ano)

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Suzana Lima Vargas do Prado - Orientadora
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof^ª. Dr^ª. Sandrelena da Silva Monteiro
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof^ª. Esp. Fabiane Bárbara dos Anjos Ribeiro
Escola Municipal Hercília Silva de Melo

AGRADECIMENTOS

Agradeço a oportunidade de conclusão desta etapa à Deus, que em seu tempo perfeito me concedeu a graça de viver seu propósito, me capacitando para aprimorar meu intelecto e superar todos desafios ao longo do processo, pois “tudo tem sua ocasião própria, e há tempo para todo propósito debaixo do céu” (Eclesiastes 3:1).

Agradeço também aos meus pais que não mediram esforços para incentivar minha jornada educacional, me proporcionando todo apoio necessário, fundamental e incondicional para minha formação humana, mesmo que isso demandasse a abdicação de suas escolhas pessoais em favor das minhas. Obrigado por todo compromisso, respeito, responsabilidade e encorajamento dedicado a minha educação. À minha irmã Laura por todas conversas e momentos afetivos que compartilhamos em nosso âmbito familiar

Em especial, às minhas amigas da universidade, Camila, Maria Bheatriz e Isabela, por todo companheirismo, carinho, preocupação e dedicação a nossa amizade. Vocês são exemplo de trabalho em grupo cooperativo, estando sempre dispostas a contribuir significativamente na construção de conhecimento coletivo.

À todos professores por abrir meu conhecimento sobre diversas temáticas, me ensinando a pensar criticamente e a construir minha visão de mundo. Em especial à minha prof^a orientadora Suzana, pela colaboração e disposição no processo de obtenção, estudo e sistematização dos dados da pesquisa.

À Fabiane, minha colega de trabalho, por todas conversas e debate de ideais que significaram meu entendimento sobre diversas temáticas da educação, além de demonstrar, em sua forma de se relacionar com os adultos e as crianças, que os princípios visados nesta pesquisa são passíveis de serem vivenciados e praticados.

Meus agradecimentos a todos que participaram direta ou indiretamente da minha trajetória acadêmica, contribuindo significativamente para a efetivação da minha formação.

RESUMO

O presente trabalho concentra-se em analisar o papel das relações interindividuais na construção da personalidade no decorrer do desenvolvimento psicoafetivo. O objetivo é caracterizar uma abordagem educacional pautada na moral da cooperação, que conduz as relações através do respeito mútuo em prol da autonomia do sujeito. Para tanto, procedeu-se um estudo bibliográfico qualitativo, que explora a autenticidade dos conceitos em diferentes concepções, as quais compartilham princípios semelhantes e possíveis de serem articulados. Assim, partindo da compreensão de Piaget (1930/1996) de como o desenvolvimento moral molda a conduta humana, foi possível compreender como o adulto educador deve idealizar sua abordagem educacional, utilizando como referência o modo de agir do Estilo Parental Autoritativo (1966) e as estratégias da Disciplina Positiva (2007), dado que ambas concepções se conduzem através das relações por respeito mútuo e fazem da cooperação o meio mais fecundo de educação moral.

Palavras-chave: Respeito mútuo. Cooperação. Autonomia. Educação moral.

ABSTRACT

The present work focuses on analyzing the role of interindividual relationships in the construction of personality during the course of psycho-affective development. The objective is to characterize an educational approach based on the moral of cooperation, which conducts relationships through mutual respect in favor of the subject's autonomy. To this end, a qualitative bibliographic study was carried out, which explores the authenticity of the concepts in different conceptions, which share similar principles and can be articulated. Thus, based on Piaget's (1930/1996) understanding of how moral development shapes human conduct, it was possible to understand how the adult educator should idealize his or her educational approach, using as a reference the authoritative Parenting Style (1966) and the Positive Discipline (2007) strategies, since both conceptions conduct themselves through relationships out of mutual respect and make cooperation the most fruitful means of moral education..

Keywords: Mutual respect. Cooperation. Autonomy. Moral education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Caracterização das personalidades segundo Piaget	14
---	----

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	08
2	CONTEXTUALIZAÇÃO	10
3	DESENVOLVIMENTO MORAL	12
3.1	PROCEDIMENTOS DA EDUCAÇÃO MORAL.....	13
4	OS ESTILOS PARENTAIS	18
4.1	ESTILO PARENTAL PERMISSIVO.....	18
4.2	ESTILO PARENTAL AUTORITÁRIO.....	19
4.3	ESTILO PARENTAL “AUTORITATIVO”.....	21
5	A DISCIPLINA POSITIVA	23
5.1	ESTRATÉGIAS DA DISCIPLINA POSITIVA PARA CONDUZIR RELAÇÕES	24
5.1.1	Eliminar a punição e a permissividade	24
5.1.2	Usar gentileza e firmeza	24
5.1.3	Desenvolver relações por respeito mútuo	25
5.1.4	Desenvolver responsabilidade	26
5.1.5	Desenvolver autoestima	27
5.1.6	Conquistar a criança para cooperar	27
5.1.7	Conquistar a cooperação nas relações interindividuais	28
6	COMO TUDO SE CONECTA	32
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
	REFERÊNCIAS	35

1 INTRODUÇÃO

A constituição da personalidade da criança e seu desenvolvimento psicoafetivo se relacionam com a forma como é educada pelo adulto, definindo assim o modo de ser e estar da criança no mundo. Isto posto, é necessário que os adultos estejam cientes se educam sob uma perspectiva educacional que contribui para a constituição de personalidades autônomas e aptas à cooperação ou de personalidades submissas à coação exterior.

Ao eleger como finalidade educacional a constituição de personalidades autônomas, o presente estudo tem como objetivo compreender como o adulto educador pode conduzir relações com as crianças através do respeito mútuo, intencionando o desenvolvimento de competências socioemocionais que contribuam para a constituição de uma personalidade autônoma, apta à cooperar, guiada por comportamentos pró-sociais e pautada no bem comum.

Para tanto, intencionando delinear uma abordagem educacional adequada ao objetivo do presente estudo, buscou-se desenvolver um estudo bibliográfico, examinando e articulando obras já publicadas que discutem aspectos do desenvolvimento infantil, quais sejam: (i) a abordagem do *desenvolvimento da moral*, postulada por Jean Piaget (1930/1996); (ii) a abordagem dos *estilos parentais*, proposta por Diana Baumrind (1966); (iii) a abordagem da *disciplina positiva*, estruturada por Jane Nelsen (2007).

Com esse propósito, inicialmente, serão elucidados os princípios e os conceitos do *desenvolvimento da moral*, discutindo como o sentimento de respeito mútuo é constituído e como a moral da cooperação se estabelece a partir dele. Em seguida, será feita breve explanação a respeito das definições de cada *estilo parental*, elegendo o que mais estabelece relações pais-filhos guiadas pelo respeito mútuo. Por fim, apresenta-se o contexto de surgimento da *disciplina positiva*, correlacionando seus princípios aos parâmetros da educação moral, visto que prevê a prática do respeito mútuo, objetivando um modo pessoal de agir pautado na noção moral cooperativa.

Vale ressaltar que os estudos sobre o modelo autoritativo de Baumrind (1966), a moral da cooperação proposta por Piaget (1930/1996) e a disciplina positiva definida Nelsen (2007), não se equivalem ou correspondem um ao outro. Entretanto, ainda que sejam de tempos históricos diferentes e apresentem objetivos e linhas de

pesquisa distintas, se aproximam em alguns aspectos, compartilhando de princípios semelhantes.

Tais concepções serão aqui discutidas buscando explorar as relações de semelhança e complementaridade presentes na interação adulto/criança e que se realizam através do respeito mútuo, a fim de caracterizar uma possível abordagem educacional pautada na moral da cooperação. Esta abordagem educacional deve ser capaz de contribuir para o desenvolvimento dos valores morais, necessários à formação da personalidade autônoma.

Os valores morais se materializam na prática quando se desdobram em habilidades e competências socioemocionais – autonomia, cooperação, respeito mútuo, responsabilidade e autoestima, as quais, por sua vez, precisam ser objeto de atenção dos educadores da mesma forma que se preocupam em ensinar a ler, a escrever ou a contar, pois as habilidades cognitivas requeridas no contexto escolar se tornam insuficientes para preparar as crianças para uma vida social cooperativa e democrática que vise o bem-comum.

A criança que tem a oportunidade de desenvolver a inteligência socioemocional pode melhorar seu desempenho cognitivo, coordenar melhor seus sentimentos e emoções, obtendo melhor capacidade de conduzir relacionamentos interpessoais e solucionar situações desafiadoras de forma respeitosa e cooperativa.

A necessidade de educadores articularem a construção de conhecimentos ao desenvolvimento das habilidades socioemocionais é destacada no documento de caráter normativo Base Nacional Comum Curricular (BNCC), por meio das *Dez Competências Gerais da Educação Básica*, dentre as quais salienta-se:

8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.

9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários. (BRASIL, 2018, p.9-10)

A BNCC aponta que a educação deve afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade brasileira, tornando-a mais humana e socialmente justa. O documento aplica-se para a formulação dos currículos e das propostas pedagógicas, definindo um conjunto de aprendizagens essenciais voltadas para

“a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho” (BRASIL, 2018, p.8)

Para tanto, se o que se pretende é a promoção de uma educação significativa e eficiente para promover uma formação humana integral e a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, será preciso investir na construção de personalidades autônomas, aptas à cooperação e pautadas no respeito mútuo.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO

Com a finalidade de estudar o papel das interações sociais para o desenvolvimento de uma educação moral em prol da autonomia, o presente trabalho caracteriza-se como um estudo de cunho qualitativo. De acordo com Minayo (2002) esse modo de pesquisa trabalha com o “universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (p. 21).

Na busca por caracterizar uma possível abordagem educacional pautada na moral da cooperação, optou-se por desenvolver um estudo bibliográfico, em que o pesquisador entra em contato com todo material já escrito sobre o assunto da pesquisa, verificando sua veracidade e possíveis incoerências.

O primeiro contato com a bibliografia do presente estudo se deu durante a disciplina eletiva "Epistemologia Genética de Jean Piaget e Educação", cursada no 3º período da graduação em Pedagogia, quando foram estudadas as principais produções de Piaget sobre desenvolvimento moral e a construção de valores na infância. Naquela época, tive a oportunidade de ler capítulos de livros e artigos, o que despertou o interesse em conhecer a temática mais a fundo e estabelecer

relações com minhas vivências pessoais e com os fatos observados em contexto escolar.

No âmbito do senso comum, principalmente nas redes sociais, observou-se que os conceitos da Disciplina Positiva eram amplamente divulgados e defendidos por alguns profissionais da educação, conquistando uma gradativa visibilidade. Nesse percurso investigativo, tive acesso aos estudos que abordavam os estilos parentais, citados direta e indiretamente em diferentes produções acadêmicas. Assim, estabeleci algumas conexões possíveis entre os conteúdos do desenvolvimento moral, da disciplina positiva e dos estilos parentais e optei por reunir e analisar publicações, principalmente no que diz respeito à disciplina positiva.

Para apoiar o estudo bibliográfico, foi realizado um levantamento de fontes através do google acadêmico, pois reúne o acesso a quase todas as outras bases de dados. Os textos de referência para escrita do trabalho foram acessados principalmente através das publicações físicas e impressas, além do acesso à biblioteca digital JSTOR.

Após a definição das fontes, foram redigidos os fichamentos e destacados os possíveis pontos de convergência das teorias, na tentativa de fazer uma aproximação do modo como elas se conectam.

3 DESENVOLVIMENTO MORAL

Jean Piaget (1896-1980), biólogo e psicólogo suíço, constatou que o desenvolvimento moral também faz parte da constituição interior do sujeito, podendo ser explicado dentro de sua epistemologia genética. Nessa perspectiva, especifica que a moral consiste em um conjunto de regras, mas a essência da moralidade está no respeito que se adquire por essas regras nas relações interindividuais. Assim, a regra é concebida como um fato social, que repousa sobre um sentimento de respeito, o qual propicia a interação entre indivíduos. Portanto, torna-se necessário compreender como o desenvolvimento moral ocorre, expondo como o respeito pelas regras é adquirido na interação adulto-criança em uma educação moral.

De acordo com o estudo de Piaget intitulado *Os Procedimentos de Educação Moral* (1930/1996), as noções morais definem maneiras de sentir, de pensar e se conduzir, pautadas em um conjunto de princípios, valores, convicções e costumes, formando uma consciência, uma personalidade e um modo pessoal de agir. As noções morais coexistem no sujeito e são adquiridas e desenvolvidas através das relações interpessoais que os indivíduos estabelecem entre si ao longo das experiências de vida. Deste modo, compreende-se que toda conduta é guiada e fundamentada por uma noção moral e as relações sociais são constitutivas da moral no interior do indivíduo, que irá agir e coordenar suas relações interindividuais sobre os preceitos da moral que adotou, em um processo de assimilação, acomodação e aprimoramento da construção social estabelecida e ativa na sociedade.

Piaget (1930/1996) sustenta que a natureza psicobiológica da moral é neutra, dispondo apenas de tendências afetivas instintivas que contém as raízes da sociabilidade, como os sentimentos de simpatia e medo. Esse seria o estágio inicial do desenvolvimento moral, denominado *Anomia*, no qual há ausência da noção de regra e sua negação pelo desconhecimento de sua existência, estando a moral ainda fora do universo de valores da criança. Assim, devido a ausência da moral nos primeiros anos de vida, as relações entre os indivíduos promovem a interação de suas constituições psicobiológicas, iniciando uma troca valores, que gera sentimentos interindividuais espontâneos (simpatia e antipatia), a partir dos quais irá construir uma escala de valores com sentimentos de autovalorização (superioridade e inferioridade) que permeiam as relações de respeito, promovendo a evolução do desenvolvimento moral e a formação das noções morais. Sob essa perspectiva, o

autor afirma que o desenvolvimento moral se sobrepõe à constituição inata do indivíduo, se relacionando a toda sua atividade social.

No curso do desenvolvimento moral, Piaget (1930/1996) verificou a existência de duas morais: *Moral da Coação* e *Moral da Cooperação*.

A *Moral da Coação* é ligada ao dever, a heteronomia, traduzida em relações por respeito unilateral, em que há uma consciência de obrigação e submetimento às regras impostas exteriormente. A *Moral da Coação* é produzida na 2ª fase do desenvolvimento moral, denominada *Heteronomia*, na qual as regras são exteriores, criadas sob a ótica adulta, impostas a consciência da criança e permanecendo exterior a ela, visto que são assimiladas como um dever imutável e sagrado, e aceitas por respeito unilateral. As regras são entendidas em seu sentido literal (certo ou errado) e a responsabilidade é objetiva, em função da materialidade da desobediência à regra, avaliada sob um ponto de vista mais realista em que a mentira mais grave é a que mais foge da realidade, a que mais custa crer e a menos má é a menos aparente. As intenções não são consideradas, pois apresenta posicionamento egocêntrico ao julgar as ações.

A *Moral da Cooperação* é ligada à colaboração coletiva, a autonomia, traduzida em relações por respeito mútuo, em que os sujeitos se consideram como iguais e se respeitam reciprocamente, tendendo a se tornarem autônomos. A *Moral da Cooperação* é produzida na 3ª fase do desenvolvimento moral, denominada *Autonomia*, na qual as regras são interiores à consciência, uma vez que intervêm como condição de cooperação ao serem criadas coletivamente, baseadas em interesses e necessidade de todos. Assim, as regras são aplicadas à personalidade por inteiro, através do respeito mútuo, fazendo com que sejam seguidas e praticadas de forma autônoma pelas crianças, por serem melhor compreendidas. A responsabilidade é subjetiva e considera a intencionalidade do ato infracional.

3.1 PROCEDIMENTOS DA EDUCAÇÃO MORAL

Para Jean Piaget não há moral sem educação moral, pois a natureza neutra da moral necessita de uma educação para que as realidades morais se constituam. Assim sendo, pode-se constatar que toda abordagem educacional é fundamentada por uma noção moral, visto que as interações entre o adulto educador e a criança constituem o próprio meio em que as relações de respeito se realizam e a criança

passa a guiar seu comportamento a partir da realidade moral que o adulto educador utiliza para conduzir sua própria conduta e a conduta da criança. Em resumo, o modo como o adulto conduz as relações e medeia os comportamentos infantis é pautado em uma realidade moral, o que irá influenciar na constituição da consciência e personalidade infantil.

Nesse sentido, Piaget (1930/1996) constata que a personalidade que os educadores desejam construir nas crianças pode guiar diferentes procedimentos pedagógicos na educação moral, da mesma forma que o modo como se emprega essas técnicas moldará as consciências e determinará comportamentos diferentes, não havendo uma única moral resultante. Sob essa perspectiva, o autor pondera que a educação moral pode ser classificada por três diferentes pontos de vista: os fins que se proponha alcançar, as técnicas que se decida adotar e os domínios sob os quais se aplique essas técnicas. Contudo, o presente trabalho não se aprofundará nos domínios visados, mas somente nas dimensões da finalidade e das técnicas.

Quanto à dimensão da finalidade, a questão primordial é: *Qual personalidade você deseja construir?* Construir personalidades autônomas, pautadas no respeito mútuo e aptas à cooperação? ou Construir personalidade submissas à coação exterior?

A definição do ideal de personalidade que se pretende construir determina as práticas educativas e o modo de conduzi-las que condizem e contribuem para a estruturação deste fim. É por este motivo que os educadores devem ter plena consciência de quais são seus objetivos e o que tem feito para alcançá-los.

Assim, o educador deve saber que a reação da criança é diferente quando dominada pelo respeito unilateral ou pelo respeito mútuo, pois as características de *heteronomia* e da *autonomia* conduzem a avaliações e comportamentos diferentes. Desta maneira, as práticas educativas e as relações pelas quais irão se materializar podem variar conforme a personalidade que se deseja formar.

Respaldo-se pelas contribuições apresentadas pelos estudos de Piaget (1930/1996), tem-se que:

Quadro 1 - Caracterização das personalidades segundo Piaget

Personalidade Submissa	Personalidade Autônoma
Respeito Unilateral.	Respeito Mútuo.
Moral da Coação.	Moral da Cooperação.
Heteronomia: submissão à regra exterior.	Autonomia: submissão à regra interior.
Personalidade Coativa.	Personalidade Cooperativa.
Responsabilidade Objetiva: em função da obediência ou não às imposições.	Responsabilidade Subjetiva: em função das intenções.
Justiça: a autoridade predomina sob a justiça, dando razão às decisões do superior.	Justiça: pautada nos princípios de igualdade, solidariedade e cooperação.
Consequência às infrações: sanções, penas contra a violação das leis, como censura, castigo e dor.	Consequência às infrações: supressão momentânea dos laços de solidariedade. Sanções naturais de reciprocidade

Fonte: Adaptado de Piaget (1930/1996).

Quanto à dimensão da técnica, a questão primordial é: *Quais técnicas você utiliza para o fim que você deseja alcançar?* As relações de respeito constituem o meio pelo qual as práticas educativas são executadas. Nesse ponto, define-se que as práticas educativas correspondem às técnicas e as relações pelas quais elas se executam correspondem ao modo como se emprega essas técnicas. Piaget (1930/1996) ressalta que o respeito é o sentimento fundamental para a aquisição das noções morais, pois fundamenta a vida em sociedade e as relações interpessoais, podendo existir dois tipos de respeito, que explicam e determinam a existência das duas morais já elencadas: *respeito unilateral* e *respeito mútuo*.

O *respeito unilateral* é um sentimento de dever primitivo que reproduz uma consciência de obrigação e submetimento às regras impostas, através do respeito que se tem pelo adulto que emana os conselhos. Corresponde à primeira forma de relação social, que promove a moral da coação.

As relações por *respeito unilateral* implicam uma valorização não recíproca, uma desigualdade na relação entre o que respeita - considerado inferior, e o que é respeitado - considerado superior, que estabelece uma comunicação predominantemente unidirecional. Há uma coação do superior sobre o inferior, que reproduz o sentimento de dever primitivo, resultante da pressão do adulto sobre a

criança, fazendo-a tomar consciência do dever e a colocar a realidade moral coativa acima de seu eu. A troca de valores é realizada por reciprocidade vivida ou intuitiva, operação mental realizada por um sistema de percepção imediata dos valores, controlada diretamente pelos interesses pessoais e o ponto de vista do adulto.

Assim, nas relações por *respeito unilateral* as regras são heterônomas, impostas exteriormente pelos adultos à consciência da criança e seguidas por obrigação, dado que não são justificadas, mas somente ordenadas e assimiladas como um dever prescrito pelos adultos, sendo consideradas imutáveis, sagradas e de obrigatória submissão, pois são pautadas na moral da coação.

O *respeito mútuo* se estabelece quando os indivíduos se consideram iguais e se respeitam reciprocamente, tendendo a se tornarem autônomos. Corresponde à segunda forma de relação social que promove a moral da cooperação. As relações baseadas no *respeito mútuo* implicam a valorização recíproca dos envolvidos, que se consideram como iguais e se respeitam reciprocamente, por terem uma escala de valores comum, reconhecendo e respeitando mutuamente o ponto de vista do outro. A moral aqui produzida corresponde à *moral da cooperação*, que tende para a autonomia.

Piaget (1930/1996) denomina como regras interiores à consciência as regras construídas por acordo mútuo, que por serem melhor compreendidas são assimiladas mais facilmente e praticadas de forma autônoma. O autor sustenta ainda que as regras interiores intervêm como condição para a cooperação, pois a adesão pressupõe o reconhecimento das necessidades, interesses e predisposições do outro, através do *respeito mútuo* e da responsabilidade, para atingir o bem comum de todos. Estes fatos sustentam a afirmação de que “as crianças são mais propensas a seguir regras que elas ajudam a estabelecer” (PIAGET, 1930/1996).

De acordo com o autor, desde a primeira forma de relação social verifica-se que há a predominância do respeito unilateral por dois motivos. O primeiro motivo é que no início da vida a criança reproduz um sentimento primitivo de dever, o qual mescla o elemento de autoridade às relações afetivas que une a criança ao adulto. A criança reconhece o adulto como seu superior e obedece suas orientações pelo fato de ser o primeiro e principal agente a atender seus reflexos afetivos de necessidades e desejos, até que se torne capaz de se diferenciar e efetivamente objetivar e projetar seus sentimentos, escolhendo inicialmente a pessoa da mãe e depois outras próximas.

O segundo motivo é que nos primeiros anos de vida a criança ainda está ligada ao seu egocentrismo, colocando seu eu no centro da realidade e de tudo que é percebido a sua própria atividade, tendo somente seu ponto de vista como existente e sendo incapaz de reconhecer o ponto de vista do outro, a não ser o do seu superior, que é colocado acima do seu eu por respeito unilateral, ligado a uma afetividade primitiva.

Todavia, Piaget (1930/1996) ressalta que o respeito unilateral é apenas uma etapa do desenvolvimento da consciência, sendo o respeito mútuo uma espécie de forma limite de equilíbrio para o qual tende o respeito unilateral. Isto porque o puro dever não esgota a vida real, mas conhecer o respeito unilateral se mostra útil e necessário na medida em que for espontâneo, até que seja moderado e substituído pelo respeito mútuo.

O autor sustenta que somente as relações pautadas no respeito mútuo atingem o equilíbrio normativo de reciprocidade moral, no qual os comportamentos cooperativos se tornam autônomos e recíprocos, reproduzindo o sentimento ideal de bem, o que é possível somente quando se extinguem relações de autoridade.

No entanto, Piaget (1930/1996) enfatiza que querer constituir na criança uma moral do respeito mútuo antes de toda moral unilateral é queimar etapas, da mesma forma que negligenciar a moral do respeito mútuo e da cooperação negligencia profundos recursos da alma infantil e ignora a moral adulto civilizada. Portanto, ambos são fontes essenciais da vida moral infantil e não devem ser negligenciados.

Em virtude dos fatos mencionados, assim como já definido inicialmente no objetivo do presente estudo, intenciona-se a constituição de uma personalidade autônoma. Estando definida a finalidade da abordagem educacional desejada, nos parâmetros de Piaget (1930/1996), o próximo passo é definir o modo de conduzir a prática educativa e as técnicas.

4 OS ESTILOS PARENTAIS

A maneira como os pais conduzem a educação das crianças influencia significativamente o desenvolvimento da personalidade infantil. Nessa perspectiva, entende-se por estilo parental o modo como o adulto educador guia sua conduta, interage e concebe suas práticas educativas, a partir de um determinado contexto sócio emocional e baseado em determinados princípios e valores. Assim, pode-se afirmar que um estilo parental equivale a uma perspectiva comportamental, um método adotado para educar, que pode ser realizado não somente pelos pais, mas também por todos os adultos envolvidos na educação da criança.

Diana Blumberg Baumrind (1927-2018) foi uma psicóloga do desenvolvimento conhecida por sua extensa pesquisa sobre estilos e práticas parentais, sendo pioneira nessa vertente, analisando o grau de responsividade (capacidade de resposta e sensibilidade às necessidades dos filhos) e o grau de exigência (capacidade de controle que os pais exercem sobre seus filhos). Sucintamente, Baumrind (1966) define os estilos parentais como abordagens para a interação adulto-criança, elencando três estilos diferentes de parentalidade, sendo eles: estilo parental permissivo; estilo parental autoritário; estilo parental autoritativo.

4.1 ESTILO PARENTAL PERMISSIVO

De acordo com Baumrind (1966), pais permissivos adotam práticas que aceitam e respondem aos impulsos e desejos da criança, não definem e não incentivam obedecer regras externas. Evitam controlar, não exigindo responsabilidade doméstica e comportamento, permitindo que a criança decida por si própria e faça o que acha que deve ser feito, regulando suas próprias atividades. Assim, esse estilo parental é caracterizado por ter alta capacidade de resposta às necessidades e vontades dos filhos e baixa exigência, uma vez que os pais fazem grandes esforços para manter seus filhos felizes, sem exigir responsabilidades.

O adulto se apresenta à criança como um “recurso para ela usar como quiser, não como um ideal a ser imitado, nem como um agente ativo responsável por moldar ou alterar seu comportamento atual ou futuro.” (BAUMRIND, 1966, p. 889).

Para Nelsen (2007), essa abordagem é denominada de “permissividade”, na qual prevalece uma interação em que não há limites, permeada por uma liberdade

sem ordem, com escolha ilimitadas e inexistência de regras e limites, pois consideram que a criança será capaz de fazer suas próprias regras no futuro. A autora destaca que a permissividade é humilhante e incentiva a irresponsabilidade, dado que tanto os adultos quanto as crianças renunciam à responsabilidade. A criança concentra-se em usar toda sua energia e inteligência para manipular e ocupar os adultos com seus desejos, gastando mais tempo tentando fugir de suas responsabilidades ao criar uma co-dependência do adulto, do que desenvolvendo independência, auto-suficiência e cooperação. O adulto ao acreditar que deve proteger seus filhos de toda e qualquer decepção, sempre socorrendo ou superprotegendo, tira dos filhos a oportunidade de desenvolver confiança em sua capacidade de lidar com os altos e baixos da vida.

Nelsen (2007) verifica ainda que quando há permissividade demasiada a criança acredita que não se sente amada a não ser quando os outros cuidam dela, porém, fazer pela criança o que ela já consegue fazer sozinha pode torná-la receptora dependente, deduzindo que a única maneira de sentir que é aceita e que têm importância é manipulando as pessoas ao seu favor, porque não tem oportunidades de praticar competências que a ajudaria a se sentir capaz.

Neste ponto, certifica-se de que esta abordagem negligencia tanto a moral do respeito mútuo, quanto a moral da cooperação, desprezando profundos recursos da alma infantil e ignorando a moral adulto civilizada.

4.2 ESTILO PARENTAL AUTORITÁRIO

Baumrind (1966) aponta que pais autoritários se consideram autoridades superiores, cuja perícia lhe convém designar uma alternativa comportamental para outra, centrando sua prática em moldar, controlar e avaliar a conduta da criança, de acordo com um padrão de comportamento que lhe é conveniente. Valorizam a obediência, a preservação da ordem e da estrutura tradicional como virtudes, e caso a criança desvie ou contrarie o padrão de conduta que estabelecem como correto, adotam medidas punitivas e inibidoras. A autora esclarece que os pais autoritários acreditam manter a criança em seu lugar quando restringem sua autonomia e atribuem responsabilidades domésticas, a fim de inculcar o respeito pelo trabalho. Não incentivam o dar e receber verbalmente (diálogo), pois a criança deve aceitar sua palavra imposta.

Assim, predomina nesse estilo parental uma baixa capacidade de resposta (responsividade) às necessidades e uma alta exigência, com práticas agressivas, ameaçadoras, constrangedoras, coativas e punitivas, geralmente impostas à força ou pelo medo, com pouca consideração pelos sentimentos e necessidades socioemocionais. Evidencia-se que esse estilo é guiado através de relações por respeito unilateral, predominando a moral da coação, conforme a denominação de Piaget (1930/1996).

Para Nelsen (2007), essa abordagem é denominada de “rigidez”, na qual prevalece uma interação com controle excessivo, havendo imposição da ordem sem liberdade, em que a criança não tem poder de escolha, não é envolvida no processo de decisão, deve seguir estritamente as regras e fazer o que o seu superior mandar.

Para Baumrind (1966), as práticas educativas autoritárias influenciam e têm efeitos negativos no comportamento e desenvolvimento infantil a longo prazo, como distúrbios cognitivos e emocionais, “incluindo retração hostil, atuação hostil, dependência, problemas de personalidade, nervosismo e redução da eficiência da sala de aula” (BAUMRIND, 1966, p.896).

Nesse sentido, Lawrence Frank (1940, apud Baumrind, 1966) ressalta que “a criança que se esforça para atender às demandas que lhe são feitas, está sob constante tensão que se cristaliza em uma ansiedade persistente sobre sua própria competência e adequação funcional” (1940, p. 346).

Ora pois, analisando o objetivo da punição - suprimir respostas indesejadas, inaceitáveis ou que transgridem a ordem imposta, de forma rápida e eficaz - é atingido, porém não se elimina o mau comportamento, apenas o reprime.

A respeito da punição, Baumrind afirma:

“A punição pode ser bastante eficaz para ajudar a cumprir objetivos específicos. Verificou-se que a punição suprime respostas inaceitáveis mesmo quando essas respostas não são eliminadas e, portanto, exige reforço contínuo. Os pais frequentemente não desejam eliminar uma resposta, mas apenas suprimir sua ocorrência em determinados lugares e por um período limitado de tempo. Eles estão dispostos e são capazes de continuar o processo de estimulação aversiva pelo tempo que for necessário para cumprir esses objetivos.” (BAUMRIND, 1966, p. 896).

Portanto, tem-se que a punição de caráter autoritário, com castigos físicos ou psicológicos, é ineficaz, injusta e prejudicial. Ineficaz pois não elimina o mau comportamento, somente reprime. Injusta pois o castigo não tem ligação com ato errôneo cometido, fazendo com que a criança não tenha clareza de seu erro e de como pode consertá-lo. Prejudicial pois pode causar diversos problemas de ordem

psicológica no futuro, como ansiedade e insegurança, resultantes das privações, frustrações e humilhações causadas no passado.

Nelsen (2007) acrescenta que a rigidez demasiada faz com que a criança acredite que não deve tentar, porque não consegue fazer nada que não gere vergonha e sofrimento, ou que não é boa o bastante, dado que quando faz do seu jeito é repreendida. Assim, ao receber uma bronca, em nível subconsciente, sente que não é aceita, que é insignificante e frequentemente fala para o adulto que o odeia e de forma vingativa o adulto reage, começando um ciclo de vingança.

4.3 ESTILO PARENTAL “AUTORITATIVO”

Segundo Baumrind (1966), os pais autoritativos centram sua prática em conduzir os comportamentos da criança de uma maneira racional e orientada para o problema em questão. Valorizam a vontade autônoma da criança, assim como sua conformidade com disciplina, mas ao mesmo tempo que reconhecem os interesses individuais da criança e suas maneiras especiais, também reforçam sua própria perspectiva adulta e definem padrões para a conduta futura, exercendo um controle firme nos pontos de divergência entre pais e filhos.

O adulto que afirma as qualidades presentes na criança, não a limita com restrições e a encoraja ao diálogo, compartilhando com ela o raciocínio por trás de sua política e solicitando suas objeções quando ela recusa a se conformar. Assim, evidencia-se que esse estilo parental é guiado por relações de respeito mútuo, predominando a moral da cooperação, assim como conceitua Piaget (1930/1996).

Para Nelsen (2007), essa abordagem é denominada de Disciplina Positiva, na qual prevalece a autenticidade, a liberdade com ordem, em que as regras e as soluções para problemas são decididas coletivamente para benefício mútuo de todos envolvidos. Os praticantes da Disciplina Positiva sabem recorrer à firmeza quando precisam usar seu discernimento, reforçando sua perspectiva adulta sem interferência da criança, mas com dignidade e respeito. Assim, as escolhas acontecem dentro de limites que demonstram respeito por todos.

Evidencia-se que todas as alternativas demonstradas acima são pautadas na cooperação, pois envolvem a colaboração de todos quando decidem juntos as regras e soluções para benefício mútuo e há poder de escolha, desde que seja dentro de limites que demonstram respeito por todos. Estas são práticas pautadas

na gentileza, uma vez que levam em consideração a vontade da criança e sua conformidade ou não com as decisões.

As práticas educativas desse estilo parental autoritativo são executadas através das relações de respeito mútuo e resultam na construção de comportamentos pautados na cooperação, empatia e responsabilidade, além de desenvolver autodisciplina, autonomia e elevada capacidade de resolução de conflitos. Portanto, um indivíduo que tem sua personalidade e caráter moldado sob a moral da cooperação, está apto a conviver em sociedade de maneira ativa e contribuidora, praticando plenamente sua cidadania, visando sempre o bem estar comum social.

5. A DISCIPLINA POSITIVA

Definida a finalidade e os parâmetros sobre os quais os educadores regulam seu modo de agir, resta-nos analisar quais práticas educativas desenvolvem as habilidades necessárias para constituir uma personalidade autônoma.

Jane Nelsen, doutora em educação e renomada psicóloga nos Estados Unidos, é responsável pela criação e propagação do método de Disciplina Positiva, baseado na filosofia e nos ensinamentos de Alfred Adler e de Rudolf Dreikurs. Atualmente, Jane Nelsen oferta palestras que encorajam e engajam os pais em seu papel na paternidade/maternidade, além de cursos de formação para educadores parentais em diversos países.

Nelsen (2007) define a Disciplina Positiva como um método educacional intermediário, pautado na firmeza e na gentileza, de forma respeitosa, autêntica e encorajadora, objetivando o ensino de habilidades sociais valiosas para a formação de um bom caráter, rechaçando a punição e a permissividade. Portanto, o método concentra-se em criar estratégias que possibilitem a conquista do respeito mútuo e, a partir dele, idealizar práticas que desenvolvam as principais habilidades socioemocionais, sendo elas a cooperação, a autonomia, a responsabilidade e a autoestima. Tais competências orientam os comportamentos infantis para as relações sociais através do respeito mútuo.

Para Nelsen (2007) o conceito de disciplina é mal interpretado quando comparado com a punição, visto que a palavra disciplina vem do latim *discipulus* ou *disciplini*, que significa “seguidor da verdade, do princípio”, “líder venerado”, “professor reverenciado” ou “ensinar”. Assim, considera que a verdadeira disciplina vem de um locus de controle interno (autodisciplina), não de um locus de controle externo (ordens de superiores).

Cabe destacar, ainda que, ao ter por finalidade a constituição de personalidades autônomas e responsáveis, prevendo a prática das relações por respeito mútuo, que promovem a constituição da moral da cooperação, a Disciplina Positiva pode ser considerada um método de educação moral, porém mais centrado na educação do âmbito familiar. Além disso, a Disciplina Positiva é compreendida como uma abordagem educacional que prevê um modo de agir e interagir do adulto educador e também pode ser considerada como um estilo parental. Assim, observa-se relação de semelhança entre o Estilo Parental Autoritativo, conceituado

por Diana Baumrind, e o Estilo Parental da Disciplina Positiva, definido por Jane Nelsen, que foca seus estudos em como colocar esse estilo parental em prática através de um conjunto de técnicas e estratégias.

5.1 ESTRATÉGIAS PARA CONDUZIR RELAÇÕES

Nesta ocasião não serão apresentados todos os conceitos da Disciplina Positiva, porém, concentrar-se-á em analisar as estratégias que mais podem contribuir para conduzir a relação adulto-criança, sendo elas : (i) eliminar a punição e a permissividade; (ii) usar gentileza e firmeza; (iii) desenvolver relações por respeito mútuo; (iv) desenvolver responsabilidade; (v) desenvolver autoestima; (vi) conquistar a criança para cooperar; (vii) conquistar a cooperação nas relações interindividuais.

5.1.1 Eliminar a punição e a permissividade

Para Nelsen (2007), um dos primeiros passos para tornar viável a Disciplina Positiva é eliminar os dois extremos de punição e de permissividade, pois ambos são considerados práticas disciplinares extremistas, não respeitosas às crianças e nada eficazes em longo prazo, trazendo consequências negativas, assim como já exposto acima. Neste ponto, a autora ressalta que eliminar a punição não significa permitir que a criança faça o que quiser, mas criar oportunidades para experimentarem a responsabilidade em uma relação direta com os privilégios dos quais desfrutam.

Sobre esse aspecto, a autora contesta que as crianças não desenvolvem responsabilidade quando os pais são muito controladores ou permissivos. Assim, quando toda energia e inteligência da criança são direcionadas para manipular, revoltar-se ou esquivar-se, ela não desenvolve a percepção e as habilidades necessárias para desenvolver o senso de capacidade e autonomia.

5.1.2 Usar gentileza e firmeza

Nelsen (2007) salienta que gentileza não é permissividade, dado que não é respeitoso satisfazer todas vontades, livrar ou proteger a criança de qualquer desafio

ou situação conflituosa, pois isso não é ser gentil, é ser permissivo e impede a criança de vivenciar oportunidades que desenvolvem os músculos da decepção.

A firmeza não deve ser vista erroneamente como punição ou forma de controle, uma vez que as práticas de firmeza não devem incluir culpa, vergonha ou dor (física ou emocional) como motivação, pois estes fatores são pertencentes ao autoritarismo e ser firme é diferente de ser autoritário, assim como sustenta a autora.

Nelsen (2007) enfatiza que ser gentil é importante para mostrar respeito pela criança e pode amenizar todos os problemas de ser firme demais, como rebeldia, ressentimento e autoestima prejudicada. Já ser firme é importante para mostrar respeito por si próprio e pode amenizar todos os problemas de ser gentil demais, como permissividade, manipulação e crianças mimadas. Assim, firmeza quando combinada com gentileza, significa respeito pela criança, por você e pela situação, promovendo um ambiente positivo, de dignidade e respeito, para a criança desenvolver suas habilidades de vida.

5.1.3 Desenvolver relações por respeito mútuo

O respeito mútuo é o respeito recíproco entre os indivíduos, ou seja, todos se respeitam entre si de forma autônoma. Assim, Nelsen (2007) define que o respeito mútuo é constituído por: (i) fé nas suas habilidades e nas dos outros; (ii) interesse no ponto de vista dos outros tanto quanto em seu próprio; (iii) vontade de assumir responsabilidade e consciência de sua própria contribuição para o problema.

As relações por respeito mútuo devem ser o princípio e a razão de toda prática educativa. Sua conquista é alcançada quando o comportamento da criança é orientado para que seja capaz de contribuir e cooperar com autonomia. O principal passo para que esse objetivo se materialize é incluir a criança em atividades e tarefas diárias, ensinando-a previamente o modo de executá-las e os propósitos de suas ações, adaptando o ambiente para que seja capaz de tomar iniciativas autônomas posteriormente. Além disso, para o respeito mútuo ser plenamente praticado, torna-se imprescindível incluir a criança nos diálogos de resoluções de conflitos e tomada de decisão. Para isso, deve receber uma explicação sobre a situação, ser convidada a falar sobre suas considerações e a pensar em uma solução, tendo clareza dos objetivos dos acordos firmados, até que seja guiada por

um “lócus de controle interno”, dominado pela criança quando toma consciência do valor das regras e por isso a segue de forma autônoma e responsável.

Contrariamente, quando as regras são exteriores, ou seja, impostas à consciência da criança, Nelsen (2007) aponta que são dependentes de um “lócus de controle externo”, dominado pelo adulto que determina um controle excessivo a todas ações da criança.

5.1.4 Desenvolver responsabilidade

De acordo com Nelsen (2007), a responsabilidade é adquirida pelas crianças em oportunidades de se sentirem necessárias, por meio de contribuições responsáveis. É relevante possibilitar que a criança faça tarefas que já consegue sozinha, que contribua de forma significativa em sua casa, escola e comunidade, dividindo funções com seus pares ou com os adultos, ou que participe dos diálogos para firmar um acordo mútuo entre as partes envolvidas. Somente nessas oportunidades o adulto educador possibilita que a criança desenvolva a autonomia e experimente a responsabilidade em uma relação direta com seus benefícios ou possíveis consequências negativas, caso se desvie dos seus compromissos.

Nelsen (2007) pontua que o senso de aceitação e importância são os objetivos primários de todas as pessoas, o que leva a criança sempre buscar atenção para si. Em vista disso, a autora salienta que pode ser encorajador redirecionar as crianças que buscam atenção indevida, conduzindo suas condutas e pensamentos para que consigam atenção de forma produtiva e colaborativa. Desta maneira, ao ser direcionada para contribuir de forma responsável a criança se sentirá necessária; quando for convidada a colaborar no diálogo e suas considerações forem ouvidas, ela se sentirá aceita; quando lhe for concedido o poder de escolha, se sentirá importante; e quando souber lidar com seus afazeres, desafios e decepções de forma autônoma, se sentirá capaz. Esse ciclo de sentimentos contribuirá ativamente para que a criança desenvolva sua autonomia.

A autora ainda salienta que não se deve equipar a responsabilidade como uma ferramenta para gerar culpa ou vergonha, uma vez que a responsabilidade é libertadora, algo baseado na consciência de que você pode escolher mudar. Isto posto, aprenderá ser um membro que contribui, desenvolvendo a responsabilidade

compartilhada, se responsabilizando por seus atos e tomando decisões eficientes, com autoconceitos mais saudáveis.

5.1.5 Desenvolver autoestima

Nelsen (2007) pondera que a autoestima é um elevado senso de aceitação, importância e capacidade, quando a autonomia e a responsabilidade já alcançaram progressivo desenvolvimento e certa estabilidade. Ressalta que fazer muito pelas crianças, sem deixá-las experimentarem a busca de soluções, ou não passar muito tempo com elas, presenteando-as em troca, ou ainda dar bronca constantemente e depois tirá-las dos apuros, impede que a autonomia e a autoestima saudável sejam desenvolvidas.

Para a autora, a base para uma autoestima saudável é o desenvolvimento da crença “eu sou capaz”, estimulada através do encorajamento que o adulto educador oferece quando a criança experimenta o fracasso, a busca por soluções e aprende a ver os erros como ricas oportunidades para aprender, se capacitando para resolver problemas de forma autônoma quando eles surgirem. Assim, o encorajamento aceita e apoia a criança seja qual for o resultado de seus esforços, incentivando-a a se autoavaliar e refletir internamente sobre sua ação e ensinando-a a ser resiliente para lidar com os altos e baixos da vida.

5.1.6 Conquistar a criança para cooperar

Conquistar o respeito mútuo da criança significa obter sua cooperação espontânea através do encorajamento. Isto acontece quando o adulto a trata com dignidade e respeito, confiando em suas habilidades para cooperar e contribuir. Destaca-se que conquistar a cooperação e conduzir as relações através dela é diferente de impor, determinar e permitir demasiadamente, uma vez que parte de um controle interno, autônomo e responsável, leva em consideração tanto os interesses e necessidades do eu quanto do outro.

Por esse lado o encorajamento oferece oportunidades para as crianças desenvolverem as percepções: “Eu sou capaz, eu posso contribuir e eu posso influenciar o que acontece comigo ou como eu vou responder.” (NELSEN, 2007).

Nelsen (2007) enfatiza que a conquista da cooperação só será viabilizada quando adultos criarem um sentimento de apoio, ao invés de ataque e defesa, ouvindo o ponto de vista da criança, para que se sinta compreendida e disposta a ouvir o ponto de vista do adulto. Assim, quando a criança se sentir muito hostil para cooperar, o adulto deve acolher e usar o encorajamento para a criança sentir proximidade e confiança ao invés de distância e hostilidade.

A resolução de conflitos não se dá através de acusações, culpa ou sermão, uma vez que a criança não precisa se sentir mal pelo o que tenha feito para reconhecer o erro e estar disposta a explorar razões socialmente responsáveis para não fazer mais aquilo. “De onde nós tiramos a ideia absurda de que, para levar uma criança a agir melhor, antes precisamos fazê-la se sentir pior?” (NELSEN, 2007, p.10). Em contrapartida, a criança é capaz de participar na construção de uma solução, que apesar de vergonhosa para ela, seria uma lição de vida valiosa para melhorar seus relacionamentos interpessoais futuros.

5.1.7 Conquistar a cooperação nas relações interindividuais

A iniciativa primordial para conquistar a criança para cooperar é incluí-la no diálogo, considerando sua individualidade e sua existência como um sujeito ativo e interativo, que atua sobre o que lhe é proposto e que deve ser escutado. Então, as crianças devem colaborar nas discussões levando em consideração os interesses e as necessidades de todos envolvidos na situação, para construírem conhecimento coletivamente e chegarem a uma decisão em acordo mútuo.

Para auxiliar a construção de um ambiente cooperativo, Nelsen (2007) propõe quatro passos para conquistar a cooperação, sendo eles:

1. Expresse compreensão e valide os sentimentos e emoções da criança. Confirme com a criança o que ela está sentindo para saber se você está certo.
2. Mostre empatia sem mostrar concordância. Empatia não significa que você concorde ou dê permissão, apenas significa que você compreende a percepção da criança. Compartilhe as vezes que você tenha se sentido ou se comportado de forma semelhante.
3. Compartilhe seus sentimentos e percepções sobre a situação, explicando seu raciocínio, o porquê das coisas e as possíveis consequências.

4. Convide a criança a pensar em uma solução e o que fazer no futuro para evitar essa situação, caso seja um erro ou conflito. Ofereça opções de escolha, dentro das limitações, condições e possibilidades existentes, para que a criança sinta possibilidade de escolha e sua atenção seja redirecionada a solução, fazendo com que cheguem a um consenso e estabeleçam um acordo mútuo.

No primeiro e segundo passo o adulto educador está assumindo uma conduta gentil, pois mostra respeito pela criança, afirmando suas qualidades e seu jeito especial de ser, além de reconhecer e valorizar suas vontades, interesses e opiniões. Desta forma, para a autora, o processo de ser gentil adquire forma seguindo as iniciativas de:

- Validar os sentimentos da criança.
- Acreditar que a criança consegue sobreviver às decepções.
- Auxiliar a criança a desenvolver um senso de capacidade no processo.

Acrescenta-se que ao ser gentil, as objeções da criança são consideradas e lhe é concedido certo poder de escolha, isto porque, para haver maior concordância da criança é necessário proporcionar sugestões de possibilidades do que fazer, pois quando as crianças têm oportunidade de escolha, sentem-se fortalecidas e decidem sobre o que funciona melhor para elas. Isto fará com que estejam mais dispostas a cooperar e respeitar os acordos que elas mesmas ajudaram a criar com base em seu entendimento sobre o porque elas são necessárias e como ser responsável por elas.

O terceiro e quarto passo estão dotados de firmeza, pois para ser firme torna-se necessário se adequar às necessidades da situação, de forma que, quando a criança recusar a se conformar, mesmo depois de dialogar e compartilhar suas objeções, deve se lembrar que suas escolhas são limitadas dentro dos limites que demonstram respeito por todos e devem estar em conformidade com as condições estabelecidas pelos adultos. Quando a criança participa do processo de decisão e ainda tem resistência em seguir o acordo, a perspectiva adulta deve ser reforçada, tendo em vista que a liderança e orientação do adulto é de grande valia e tem prioridade, pois, assim como especifica Nelsen (2007), as crianças não merecem todos os direitos que advêm dos de maior experiência, habilidade e maturidade.

Assim, a autora salienta que é imprescindível promover uma liberdade com ordem e escolhas limitadas, pois afirma ser impossível ter liberdade se não for dada a mesma ênfase para a ordem, devendo o adulto, quando precisar usar seu discernimento sem interferência da criança, se responsabilizar em ser firme com gentileza, dignidade e respeito.

A título de exemplo, será esclarecido as possíveis situações de como seriam executados os passos para a cooperação, sendo eles: (i) a construção de regras; (ii) a resolução de conflitos.

A construção de regras, quando fundamentada na moral da cooperação, ocorre por meio de acordo mútuo, de diálogo respeitoso, em que há o envolvimento da criança na discussão sobre sua importância, como elas devem ser e como todos devem ser responsáveis por segui-las, até chegarem a um acordo. O limite é um tipo de regra que, segundo Nelsen (2007), tem o propósito de manter as crianças em seu bem-estar, seguras e socializadas. Assim, as regras têm efeito mais duradouro e sua construção é demandada para regular o funcionamento de diversas situações, desde regular tarefas cotidianas, como horário para escovar os dentes ou fazer o dever, até regular a organização e funcionamento do âmbito familiar ou escolar, como ser responsável por arrumar a cama ou levantar a mão para falar.

Um dos exemplos citados por Nelsen (2007) de como o adulto pode estabelecer sua condição precedente e possibilitar escolhas na construção de regras é: “televisão somente por uma hora e quando a lição já estiver pronta”, para o uso de eletrônicos, ou “eu estarei disponível para ajudar apenas entre 19h e 20h e não vou ceder a apelos por ajuda de última hora” para as regras sobre fazer a lição de casa. O procedimento pode se estender para todas as outras tarefas que fazem parte da organização escolar, como “a professora só irá responder as dúvidas depois da explicação e se todos estiverem atentos, sem ações que impeçam a turma de ouvir e compreender o que estou falando”.

Já a resolução de conflitos busca o entendimento entre as partes, favorecendo a tomada de decisão. Portanto, é necessário chegar a um acordo mútuo para solucionar a situação conflituosa no momento em que ocorre e, em certas situações, o acordo mútuo pode resultar na construção de uma regra de efeito mais duradoura. Um conflito também pode acontecer quando há a incidência de um comportamento desafiador ou impróprio, por exemplo, a criança recusa tomar banho quando lhe é solicitado, em um horário que já havia sido acordado. O adulto

deve reconhecer seu desejo em querer continuar brincando e que está se sentindo decepcionado que irá ter que parar, mas deve afirmar o porque ela precisa tomar banho e dar outra sugestão, redirecionando a atenção da criança para a solução e não para o problema, às vezes sugerindo que leve um brinquedo que goste muito para tomar banho junto com ela.

Em outra situação, numa aula de educação física, uma criança não aceita perder o jogo e bate com o cone na boca de outro colega, machucando-o. O adulto deve reconhecer que a criança está inconformada com sua derrota e por isso sentiu raiva, devendo confirmar com ela o que está sentido. Logo após deve explicar porque aquilo é errado e dar exemplo de situações na vida real em que isso acontece e tem consequências negativas do erro cometido, como quando um jogador do futebol é expulso por agredir outro jogador. Assim, a criança tem mais clareza para reconhecer o erro, explorar razões socialmente responsáveis para não fazer mais aquilo e exercer sua responsabilidade pedindo desculpas e pensando em uma possível solução.

Ressalta-se que nem todo acordo mútuo resulta em um regra, pois em vários casos os conflitos podem ser solucionados no momento em que ocorrem, não necessitando de uma regra que se estenda ao futuro. Além disso, a construção de regras não necessariamente advém de uma situação conflituosa, pois nem sempre há divergências entre as partes. Assim, nem toda regra é gerada por um conflito, mas uma situação conflituosa pode ocasionar o surgimento de uma regra.

Nelsen (2007) salienta que os limites e regras devem ser adequados à idade, devendo ser reformulados a cada fase de amadurecimento que a criança alcança. Além disso, afirma que o estabelecimento de limites para crianças abaixo de 4 anos é diferente, uma vez que os pais precisam tomar frente e estabelecê-los conforme sua visão, mas se responsabilizando em reforçá-los com gentileza e firmeza.

Esses passos, além de conduzir as relações através do respeito mútuo, orientam a criança a refletir sobre os sentimentos e as emoções que está sentindo naquele momento, contribuindo para o desenvolvimento de sua inteligência socioemocional. A criança está em constante desenvolvimento, descobrindo como é ser, estar e agir sobre o mundo, começando a afirmar seus interesses e aspirações em situações que experienciam pela primeira vez. Em vista disso, a aprendizagem das competências socioemocionais são de extrema importância, uma vez que a

criança não nasce sabendo quais são todos sentimentos e emoções existentes, pois é preciso primeiro vivenciá-las.

6 COMO TUDO SE CONECTA

Tendo em vista que, “o psiquismo se desenvolve segundo leis que dependem de uma dinâmica psicoafetiva”, entende-se que a consciência se realiza através das relações afetivas com o outro, definindo assim o desenvolvimento psicoafetivo do espírito humano, relacionado à sua subjetividade e ao seu personalismo. Sob essa perspectiva, pode-se considerar que a educação moral faz parte do desenvolvimento psicoafetivo, quando concebe a consciência do que é moralmente certo ou errado (dimensão psíquica) através das relações de respeito (dimensão afetiva). Assim sendo, as interações sociais se caracterizam como o meio pelo qual a educação moral se efetiva.

Nas relações de cooperação, as leis morais de autonomia que interiorizam as regras constituem o que Nelsen (2007) denomina de “locus de controle interno”, que é ativado quando o adulto compartilha com a criança o raciocínio por trás de sua política e inclui a criança na discussão, ouvindo suas considerações sobre a situação e solicitando suas ideias para a resolução do conflito, assumindo o controle “autoritativo” de Baumrind (1966).

Assim como já mencionado, Piaget (1930/1996) salienta que as relações de coação do respeito unilateral são um estágio introdutório e necessário ao início da vida da criança, visto que, além do seu egocentrismo inicial, é impossível formular concepções do que ainda não conhece. Contudo, a partir do momento que atinge um nível mais alto de socialização e começa a entender o propósito das regras e as noções de bem e mau, certo e errado, o desenvolvimento psicoafetivo busca por reciprocidade. Neste ponto, a criança começa assimilar que o dever de respeitar o outro corresponde ao direito de ser respeitado, exigindo ser respeitado para respeitar. Ressalta-se, que o adulto educador deve estar ciente de sua prática, para não estender as relações de coação mais do que necessário, dado que:

É necessário e inevitável, pois, uma primeira fase de heteronomia, de obediência à autoridade, para que, depois, o espírito de cooperação possa ser construído, através do respeito mútuo e da reciprocidade. O grande perigo e o que frequentemente acontece, é que essa coação estende-se por muito mais tempo que o necessário, prejudicando assim a queda do egocentrismo, o exercício da

cooperação, a capacidade de reciprocidade e, conseqüentemente, a construção da autonomia. (LEPRE, 2006, p.3)

Nessa circunstância, a heteronomia e a autonomia devem ser compreendidas como construções que englobam a relação entre a ação e a consciência, não estando relacionadas apenas ao indivíduo, mas também ao contexto em que está inserido e às interações sociais que estabelece.

Levando em consideração esses aspectos, pode-se constatar que o objetivo de compreender como o adulto educador deve conduzir as relações com as crianças através do respeito mútuo, buscando uma possível aproximação entre as concepções analisadas, foi devidamente alcançado. Visto que, resgatando a afirmação de Piaget (1930/1996) de que a personalidade (finalidade) que se deseja construir no espírito infantil irá conduzir diferentes procedimentos pedagógicos (técnicas) na educação moral, da mesma forma que o modo como se emprega essas técnicas moldará as consciências e determinará comportamentos diferentes.

Ao intencionar a personalidade autônoma como finalidade, cogita-se eleger práticas educativas da Disciplina Positiva definida por Jane Nelsen (2007), juntamente às suas convicções que baseiam e caracterizam o modo de agir do adulto educador, para o qual também se deve levar em consideração o estilo parental autoritativo de Diana Baumrind(1966), uma vez que ambas concepções se conduzem através das relações por respeito mútuo, fazendo da cooperação o meio mais fecundo para a educação moral.

Neste ponto, verifica-se que enquanto Piaget (1930/1996) definiu as morais existentes e o papel da relações sociais para se educar moralmente, postulando os princípios sobre os quais se moldam a conduta humana, o Modelo Autoritativo e a Disciplina Positiva são exemplos de como esse modo de agir se realiza, colocando em prática os valores morais através de sua conduta e de suas técnicas.

Além disso, tais concepções se assemelham ao método ativo de educação moral proposto por Piaget (1930/1996), no qual defende que a moralidade só é plenamente desenvolvida quando é vivenciada a partir de discussões e experiências que surgem na sala de aula ou em ocasiões da vida social que oportunizam questões que dão valor e significação a toda codificação da moral adulta, uma vez que relatos concretos e vividos agem com mais vantagens sobre a vida moral da criança do que comentários teóricos ou fictícios. Isto porque o ensinamento moral

constitui uma resposta a uma questão previamente levantada, que não é proscrita, mas desenvolvida produtivamente, levando em conta a própria criança, unindo suas composições e preocupações com os fatos. A principal técnica deste método é a execução de trabalhos em equipes, em que são vivenciadas a cooperação, a reciprocidade e o respeito mútuo, contribuindo para a construção da autonomia

Desta forma, estrutura-se princípios para uma abordagem educacional significativa para a construção da cidadania, que fundamenta um meio propício para o desenvolvimento psicoafetivo, onde se conquista a moral da cooperação através do respeito mútuo, contribuindo para a constituição de uma personalidade autônoma, consciente, responsável e cooperativa, determinando a formação de cidadãos que exercem plenamente sua cidadania, através de uma conduta pró-social e democrática, que age conforme os interesses e necessidades de todos.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cabe ressaltar que o presente estudo contribuiu consideravelmente para significar as vivências da minha infância, no que se refere às relações e interações que estabeleci com os adultos nas esferas familiar e educacional. Partindo de minhas memórias e reflexões, posso inferir que tive uma educação mais autoritária e coativa, visto que utilizava de chantagens psicológicas e desconsiderava minha individualidade ao inferiorizar meus desejos, opiniões e inferências, em detrimento da vontade dos meus superiores.

Em contrapartida, trabalhando como secretária escolar tive a oportunidade de vivenciar a atuação de uma supervisora, que ao solucionar conflitos entre os alunos colocava em prática os princípios de respeito mútuo, sempre esclarecendo os fatos da situação, tentando entender o ponto de vista da criança, solicitando sua versão de entendimento sobre o caso, e deixando a par das possíveis consequências negativas e a convidando a pensar em uma solução. Assim, pude testemunhar modos de conduzir a relação e ensinar a criança a se tornar responsável pelos seus atos e aprender com o erro.

Em virtude dos fatos mencionados, pode-se afirmar que o adulto educador é o principal responsável pela condução do comportamento infantil, sendo imprescindível compreender a importância da finalidade da abordagem educacional que assume, ter clareza de onde deseja chegar, já que, por muitas das vezes, se

reproduz práticas educativas sem ter conhecimento dos resultados a longo prazo, podendo estar contribuindo para a construção de uma personalidade indesejável, com a qual não concorda ou não valoriza, no entanto pode fazer isso inconscientemente.

Assim sendo, considera-se que as contribuições das perspectivas aqui apresentadas são conduzidas através das relações por respeito mútuo, propiciando oportunidades para engajar a criança a cooperar no diálogo, em tarefas do dia a dia, no trabalho em equipe, na resolução de conflitos e na tomada de decisão. Desta forma, o processo educacional se torna significativo para direcionar a criança a pensar, sentir e agir com solidariedade, auxiliando na formação de crenças sobre si e sobre o outro e construindo sua visão de mundo comprometida com a ação cidadã pró-social, uma vez que tanto a dignidade do ser humano quanto o ideal democrático de convívio social pressupõem o respeito mútuo, princípio idealizado e praticado em todas perspectivas citadas.

Por fim, conclui-se que a relação adulto-criança aqui discutida caracteriza uma abordagem educacional guiada pela intenção de construir personalidades autônomas, se responsabilizando em conduzir as relações através do respeito mútuo, em favor da prevalência da moral cooperativa.

REFERÊNCIAS

BAUMRIND, Diana. **Effects of authoritative parental control on child behavior** *Child development*. 1966.

GIFFONI, Francinete Alves de Oliveira. **O desenvolvimento psicoafetivo: a relação mãe-filho e o contexto social**. *Revista Educação em Debate*, Fortaleza, Ano 21, v. 2, n. 38, p. 125-132, 1999.

LEPRE, R. M. **Educação moral na escola: caminhos para a construção da cidadania**. *Colloquium Humanarum*. v. 3, n. 1, p. 01–14, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 13. ed., São Paulo: Hucitec, 2013.

NELSEN, Jane. **Disciplina Positiva**. 4. ed. São Paulo: Cultrix, 2007.

PIAGET, Jean. **O juízo moral na criança**. Grupo Editorial Summus, 1994.

PIAGET, Jean. Os procedimentos de Educação Moral. In. MACEDO, L. **Cinco estudos de educação moral**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1930/1996.